

## “MÉDIA E DISCRIMINAÇÃO: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO DO CASO PORTUGUÊS”

Isabel Ferin Cunha, Verónica Policarpo,  
Teresa Líbano Monteiro, Rita Figueiras\*

Resumo: Esta comunicação apresenta os resultados preliminares de um projecto experimental actualmente em curso sobre as manifestações de discriminação étnica e de género, nos *media* portugueses, nomeadamente, na televisão e na imprensa. O estudo integra uma rede europeia de investigação denominada *Observatory against ethnic and sexual discrimination* que abrange três outros países, Itália, Espanha e Dinamarca. Os resultados preliminares deste projecto apontam para duas ordens de conclusões: a primeira refere-se à interdependência entre as saliências temáticas da discriminação presentes no espaço público e as relações que se estabelecem entre agenda política, agenda pública e agenda mediática; a segunda conclusão aponta para a desmistificação dos *media* como “espelho do real”.

Palavras-chave: Análise dos *media*, Discriminação, Imigração, Género.

### 1. APRESENTAÇÃO DO PROJECTO: ÂMBITO E OBJECTIVOS

A presente comunicação pretende expor os primeiros resultados de um projecto que visa a implementação de um *Observatório Permanente contra as Acções de Discriminação Étnica e Sexual nos Media Portugueses*. Trata-se de um projecto apoiado pela União Europeia, do qual participam, além de Portugal, a Dinamarca, a Espanha e a Itália.

O projecto, actualmente na sua fase experimental, tem como objectivo principal a constituição de uma base de dados multinacional, futuramente disponível em site próprio na Internet, com a descrição sumária dos *outputs* (nome do jornal ou do canal de televisão, data da peça, tipo de peça, dimensão em colunas ou minutos, jornalistas ou outros produtores e conteúdos) de jornais, semanários e telejornais portugueses e dos restantes países participantes, acerca da discriminação étnica e sexual, na União Europeia ou onde cidadãos europeus estejam envolvidos (por exemplo, em Timor).

Em Portugal, o projecto tem a sua sede na Universidade Católica, Centro de Estudos Sociais e Pastorais e, para além do objectivo anteriormente enunciado, pretende realizar uma aproximação exploratória à forma como os *media* contribuem para a construção do problema social da discriminação quando focam a origem étnica e o género.

### 2. QUADRO TEÓRICO DE REFERÊNCIA E HIPÓTESES

Um quadro teórico de referência para um trabalho de carácter interdisciplinar, empírico e exploratório sobre a temática da discriminação nos *media* exige que se tenham em consideração alguns contextos gerais sobre a discriminação étnica e sexual na sociedade portuguesa.

Nas últimas três décadas, Portugal sofreu profundas transformações sociais, nomeadamente, económicas (desenvolvimento do sector terciário e expansão da sociedade de consumo), socio-profissionais (emergência de classes médias urbanas, portadoras de novos valores e práticas quotidianas) e familiares (modificação dos valores relativos à família e novas formas de composição familiar).

A partir da adesão à União Europeia, em 1985 a entrada da mulher no mundo do trabalho - iniciada na década de 60, com a Guerra do Ultramar e reforçada pelo auge da emigração para a Europa - recebe novo impulso. Apesar do aumento da escolaridade protagonizado pelas mulheres nestas últimas três décadas, e da assunção de novas responsabilidades profissionais e sociais, continuam a existir situações de discriminação reais das mulheres

---

\* Universidade Católica Portuguesa.

frente aos centros de poder - nomeadamente no acesso a determinadas funções directivas, políticas e económicas - o que faz das mulheres uma "minoría" (ALMEIDA *et. al.*:1994; MACHADO e COSTA:1998; FERREIRA:1999).

Por outro lado, estas novas realidades sociais e económicas favorecem o aumento da imigração, tradicionalmente vinda dos Países de Leste, com o objectivo de suprir necessidades decorrentes do acréscimo das actividades económicas nos sectores da construção civil e serviços de mão-de-obra não qualificada (vg. limpezas domésticas e/ou industriais).

A tais novas realidades corresponde, pois, um maior protagonismo desses novos actores sociais, a que se associam práticas de discriminação decorrentes de conflitos de reajustamento da sociedade portuguesa a uma sociedade de carácter plural e multicultural (MARQUES *et al.*:1999).

Discriminação é, por conseguinte, entendida aqui como o conjunto de formas de tratamento diferenciado presentes nas diversas instâncias da sociedade, considerando-se que há vários sectores onde se exerce, preferencialmente, essa diferença, por exemplo, no trabalho, na escola, na habitação e na vida associativa. A discriminação é, normalmente, perceptível quer como um conjunto de emoções de carácter negativo quer como «um comportamento negativo face a um grupo, que tem como base um preconceito ou atitude negativa» ancorado « em estereótipos ou crenças sobre os atributos negativos que caracterizam esse grupo» (VALA *et al.*:1999:108). As acções e atitudes discriminatórias encontram-se frequentemente ligadas à segregação, à estigmatização e à exclusão social. Os imigrantes, as mulheres e, horizontalmente, as mulheres imigrantes, são aqueles que mais sofrem com estas práticas e atitudes (FERNANDES:1995).

No mesmo período, o panorama da comunicação e da informação em Portugal altera-se radicalmente, dada a privatização dos *media*, iniciada na década de 80, e a abertura, já no início da década de 90, de dois canais de televisão. As estratégias inerentes à concepção de serviço público - independentemente dos seus vícios e dependências - dão lugar a estratégias empresariais de concorrência e de consumo (FERIN CUNHA: 2000).

É neste quadro de tensão, entre uma concepção de serviço público e uma visão de empresas concorrenciais, que podemos propor como paradigma de análise dos *media*, o conceito de *agenda-setting*, tanto na sua premissa inicial «os temas mais enfatizados pelos *media* tendem a ser percebidos como socialmente dominantes» (McCOMBS e SHAW:1972), como nas premissas decorrentes do aprofundamento da interrelação estabelecida entre as preocupações do público (agenda pública), as lógicas políticas (agenda política) e os interesses específicos dos *media* (agenda mediática) (DEARING e ROGERS:1996).

Em função deste paradigma, onde os *media* surgem, quer como espelho da sociedade, quer como construção (reconstrução) da realidade (WOLTON:1999), avançamos a seguinte hipótese: os *media* tendem a reforçar tendências latentes na sociedade, as acções e situações de discriminação visíveis nos *media* correspondem às situações de discriminação existentes na sociedade.

Desta forma, num primeiro momento, a sociedade portuguesa identifica formas de discriminação étnica e de género através da relevância atribuída pelos *media* a estas questões. Num segundo momento, as suas formas de tratamento e a sua visibilidade surgem articuladas em função das interrelações e cumplicidades das agendas já referidas.

Uma observação torna-se, então, pertinente: será que há acções de discriminação na sociedade que não surgem nos *media*? Caso a resposta seja positiva quais as interpretações possíveis? E será que todas as acções presentes nos *media* têm na sociedade a mesma valoração, a mesma dimensão e a mesma amplitude? Quais as interpretações possíveis?

Na medida em que a percepção da discriminação na sociedade se encontra vinculada, fundamentalmente, à imigração, ao racismo e às desigualdades entre géneros, a percepção das acções de discriminação nos *media* tenderiam a "reflectir", quer as imagens ou estereótipos existentes dos imigrantes em Portugal (por exemplo, dos cabo-verdeanos de primeira e segunda geração), quer as imagens ou estereótipos dos papéis associados ao género (nomeadamente às mulheres). Por outro lado, num momento em que irrompem na sociedade novos fenómenos, os *media*, tenderiam a construir e a reconstruir novas imagens ou estereótipos das realidades vividas, quer pelos imigrantes (por exemplo, a nova imigração vinda dos países de Leste), quer pelas mulheres (por exemplo, o protagonismo das mulheres em cargos públicos), em Portugal.

Aprofundando esta reflexão na perspectiva das formas e dos conteúdos veiculados pelos *media* convém referir que a imprensa - seja diária ou semanária, de qualidade ou de tipo tablóide - apresenta um número de leitores estimado em milhares (MÉDIA2000:2000), enquanto nos canais de televisão as audiências são estimadas em milhões, atribuindo-se a cada português cerca de três horas por dia frente à televisão (CONDE:1998:92).

Por outro lado, tendo em conta a extensão da influência dos *media* na sociedade, avançamos uma segunda hipótese de trabalho que visa avaliar, não apenas a «quantidade de atenção prestada» aos *media*, mas também «o conteúdo e o significado daquilo a que as pessoas se expõem» nos *media* (WOLF:1992:126).

Enquanto a primeira hipótese nos levou a registar, na base de dados, as saliências temáticas conferidas às diversas formas da discriminação, a segunda hipótese aponta para a análise das formas como o tema da discriminação é apresentado à sociedade portuguesa. Isto é, à análise quantitativa e estatística deve seguir-se uma análise qualitativa com o objectivo de responder às seguintes questões: quais as formas de discriminação mais visíveis nos *media*? Em que medida a discriminação está associada, preferencialmente, à imigração, aos ciganos e às mulheres? Se está associada à imigração, será que se encontra associada ao racismo? Porque é que os ciganos, em Portugal há 500 anos, são vistos como imigrantes ou associados aos imigrantes? De que forma e em que ocasiões são faladas as minorias, sejam elas étnicas ou sexuais? Quando são mencionadas, a que assuntos aparecem associadas: à pobreza e às condições sócio-económicas, à integração social e à educação; ou, pelo contrário, ao crime, à violência, ao racismo e à xenofobia? Em que situações as mulheres, uma maioria, são visíveis enquanto minoria? Quais as minorias mais referenciadas e em que circunstâncias?

As respostas a estas questões permitirão reflectir sobre o papel decisivo que os *media* exercem na construção da Alteridade, isto é, na definição de um Outro, diferente da maioria dominante na sociedade portuguesa (RIVERS e SCHRAMM:1967). Esse Outro, independentemente de tomar a forma do Imigrante, do Cigano, ou da Mulher, permite, por sua vez, a definição de um Nós, através de um jogo permanente de contrastes, contribuindo para “mostrar” à sociedade portuguesa como “são” todos aqueles que são diferentes.

Ao apresentar à sociedade definições das minorias étnicas e sexuais, ao expor imagens simplificadas do Outro, com base no recurso a estereótipos, os *media* tanto podem contribuir para reforçar a percepção das minorias como «*espaços ideológico-políticos, como realidades alienígenas, constituindo um corpo estranho*» (FERNANDES:1995:24), como constituírem instrumentos de «*valorização das diversas narrativas culturais*» (CARNEIRO:1999:7). Resumindo, ao analisar quantitativa e qualitativamente as acções de discriminação presentes nos *media*, este projecto pretende, de uma forma exploratória ainda, avaliar o papel dos *media* na construção da realidade social portuguesa.

### 3. A SITUAÇÃO ACTUAL DA IMIGRAÇÃO NA SOCIEDADE PORTUGUESA

Tradicionalmente país de emigração, Portugal tem vindo a tornar-se, em conjunto com outros países do sul da Europa, em país de imigração, principalmente a partir da década de 80. Esta transformação ocorrida na realidade portuguesa deve ser compreendida à luz da sua inserção no contexto migratório mundial, definido essencialmente por três grandes factores (BAGANHA e GÓIS:1999:254).

Em primeiro lugar, o agravamento das «*desigualdades geo-económicas*», nomeadamente nos países do Hemisfério Sul e do Leste Europeu, motivado pela guerra, pelos conflitos étnicos e religiosos e pela instabilidade económica, têm contribuído para alterar significativamente o perfil dos fluxos migratórios mundiais. Em segundo lugar, a complexificação dos processos de globalização tem igualmente contribuído para a redefinição desses mesmos fluxos migratórios, na medida em que implica uma «*reestruturação profunda da indústria, uma realocização das fontes de fornecimento de mão de obra, um redireccionamento dos fluxos de capitais e novos padrões de competição internacional*» (BAGANHA e GÓIS:1999:255). Finalmente, a nova situação de Portugal como país de imigração deve ser vista no contexto da construção da União Europeia (*ibidem*), processo ao longo do qual foram abolidas as fronteiras internas, ao mesmo tempo que nenhuma política de imigração comum a todos os países membros foi adoptada. Da conjugação complexa destes factores resultou que as novas tendências de imigração no sul da Europa assumem formas únicas e específicas, resultantes do passado histórico e dos «interesses geo-económicos e políticos» de cada país, em particular (*ibidem*).

No caso de Portugal, os contornos das tendências migratórias, que se intensificaram nas últimas décadas, prendem-se com dois processos, independentes entre si, embora relacionados: por um lado, o fim do império colonial português e o conseqüente processo de descolonização e desmobilização de contingentes humanos aí fixados; por outro lado, o referido processo de adesão ao Espaço Comum Europeu e construção da União Europeia.

Em consequência destes dois importantes processos político-sociais, Portugal foi obrigado a repensar o seu lugar na “nova ordem” europeia e mundial, o que implicou uma redefinição da sua identidade nacional. Anteriormente assente na ideia de “império colonial” (Portugal virado para o mundo, estendendo a sua identidade nacional a todos os povos do Império), aquela passou a ser oficialmente fundamentada pelas raízes históricas europeias

(Portugal voltado para a Europa, tentando basear a sua identidade na qualidade de membro da "grande família europeia"). Como seria de esperar, esta transição teria implicações importantes na definição do "estrangeiro" e do "imigrante" (por oposição ao "nacional")<sup>1</sup> (BAGANHA e GÓIS:1999).

Inicialmente, a entrada de estrangeiros em Portugal foi ditada pela condição colonial do país, descrita anteriormente. A primeira vaga de imigração com peso significativo parece ter ocorrido nos anos 60, com a chamada "imigração de substituição", isto é, contingentes de trabalhadores maioritariamente cabo-verdianos que chegaram a Portugal com o objectivo de suprir a falta de mão-de-obra no sector das obras públicas e da construção civil, provocada pela emigração de muitos portugueses, por essa altura, para a Europa do Norte (MACHADO:1991) e para a América.

A segunda etapa de fixação das minorias étnicas em Portugal corresponde ao período iniciado em 1974, por altura do 25 de Abril, em que decorreu o processo de descolonização. Nesta fase, afluíram a Portugal cerca de 800 000 repatriados ou "retornados", contingente que apresentava uma composição socioprofissional completamente diferente do anterior (qualificações escolares e profissionais e escolares médias ou elevadas, integrando os sectores da nova classe média) (MACHADO:1991; SAINT-MAURICE:1997).

Finalmente, a terceira etapa de fixação das minorias étnicas em Portugal teve lugar a partir dos anos 80 e foi constituída maioritariamente por mão-de-obra não qualificada (empregada nos sectores da construção civil e obras públicas, no caso dos homens, e nos serviços domésticos e de limpeza, no caso das mulheres). Apresentam fracos níveis de escolaridade e integram os sectores mais desqualificados do mercado de trabalho. Acima de tudo, a clandestinidade marca muitas destas experiências de imigração, lançando estes imigrantes em situações de grande fragilidade e precariedade no emprego, geralmente associadas ao trabalho ilegal (MACHADO: 1991).

Ressalta, assim, a existência de uma profunda clivagem social entre estes dois últimos grupos, isto é, entre os luso-africanos (portugueses de ascendência africana e/ou africanos de ascendência portuguesa), chegados a Portugal por volta de 1974, e os imigrantes africanos propriamente ditos, chegados a Portugal essencialmente a partir de 1980, clivagem essa que se reveste da maior importância quando é chegado o momento de observar se existe ou não uma tendência para a sua reprodução nas gerações mais novas (as chamadas "segunda" e "terceira" gerações) (MARQUES et ali: 1999; BAGANHA e GÓIS:1999).

Actualmente, a população estrangeira a residir em Portugal apresenta um perfil socio-demográfico bipolar que distingue, por um lado a população originária de países da Europa e do Brasil (com um nível socio-económico mais elevado) e, por outro lado, a população oriunda dos Palop (maioritária), bem como de outros países, entre os quais alguns do Leste Europeu (com uma composição socio-profissional muito desfavorecida). Acresce que a população imigrante a residir clandestinamente no país é também estimada como muito significativa.

**QUADRO I: ESTRANGEIROS LEGALMENTE RESIDENTES EM PORTUGAL,  
POR REGIÃO DE ORIGEM (SITUAÇÃO EM 1997)**

Região de Origem	Nº
África	81 717
América do Norte	10 573
América do Sul	25 254
Ásia	7 192
Europa	49 797
Outros	760
Total	175 263

Fonte: SEF, relatório estatístico, 1997. In: Baganha e Góis, 1999: 256.

Se a confusão entre "imigrante" e "estrangeiro" tem estado presente na própria literatura científica sobre o assunto<sup>2</sup>, essa confusão encontra um lugar de produção (e reprodução) nos *media*, que tende a apresentar -

<sup>1</sup> Como Baganha e Góis (1999) demonstram, o ano de 1981 marca esta transição. A publicação da nova Lei da Nacionalidade (Lei nº 37/81, de 3 de Outubro), que transforma o requisito para aquisição de nacionalidade portuguesa de *jus solis* para *jus sanguinis*, simboliza a referida transição de uma identidade nacional "colonial" para uma identidade "europeia".

<sup>2</sup> Tal como o demonstram Baganha e Góis, 1999.

principalmente na televisão, dada a sua natureza - os factos sociais desprovidos da sua complexidade e do seu contexto.

Acresce que as formas de discriminação não incidem sobre a totalidade dos estrangeiros mas, preferencialmente, sobre aqueles que são percebidos como imigrantes, mesmo quando têm a nacionalidade portuguesa como é o caso da «segunda geração» de africanos em Portugal e os ciganos. Assim pode-se afirmar que a percepção do imigrante está associada a «um baixo estatuto social» e a uma diferenciação negativa em que se incluem, preferencialmente, os «negros», em oposição aos brancos, estendendo-se aos ciganos (todos com nacionalidade portuguesa) e à «segunda geração» de africanos (quase todos com nacionalidade portuguesa) (VALA et ali:1999).

Em contrapartida, os “estrangeiros” tendem a ser percebidos como um grupo associado a «um alto estatuto social» originário dos países europeus, da América do Norte e da Austrália. Neste contexto, está ainda por identificar e explicar a percepção que existe na sociedade portuguesa sobre grupos minoritários que tendem a crescer como os brasileiros, os indianos e os chineses (MARQUES et ali:1999).

Considerando-se que estas percepções sociais perpassam a sociedade portuguesa e, por conseguinte, os *media*, torna-se extremamente importante aferir como surgem na imprensa e na televisão e como se comportam em função das hipóteses de trabalho referidas anteriormente.

#### 4. METODOLOGIA E CORPUS DE ANÁLISE

A recolha empírica dos dados iniciou-se a 25 de Janeiro do presente ano (2000), incidindo sobre 2 meios de comunicação específicos: a imprensa e a televisão.

Em relação à imprensa, o *corpus* de análise é constituído por 6 jornais, dos quais 4 diários (*Público*, *Diário de Notícias*, *A Capital*, *24 Horas*) e 2 semanários (*Expresso* e *O Independente*). O critério que presidiu à escolha destes jornais e semanários foi o de tentar exprimir a oferta da imprensa portuguesa, por um lado em termos de imprensa de qualidade (no caso dos dois primeiros diários e dos dois semanários), mas também em termos de imprensa popular (MESQUITA:1994).

Em relação à televisão, o *corpus* de análise é constituído por três telejornais de 2 canais televisivos diferentes: *Telejornal* do Canal 1 (RTP, canal público), *Jornal da Noite* da SIC (estação privada) e *TV2 Jornal* (RTP, canal público). Relativamente aos dois primeiros, o critério que presidiu à sua escolha foi o facto de serem emitidos em horário nobre, destinando-se por isso à mais larga faixa de público de qualquer um dos dois canais. Relativamente ao *TV2 Jornal*, trata-se de um programa emitido a horas mais tardias (geralmente às 22h), num canal que se destina a um público pretensamente mais selecto (maior nível de instrução e profissões socialmente mais valorizadas) e que, por isso, apresenta características mais reflexivas (peças mais longas e com maior nível de aprofundamento, maior número de especialistas e comentadores). Com a sua escolha, pretendeu-se fazer o contraponto à informação destinada ao “grande público médio” dos restantes dois canais (MÉDIA2000:2000).

Quer no caso da imprensa, quer no da televisão, procedeu-se à monitorização dos referidos meios de comunicação, isto é, ao levantamento e registo numa base de dados de todas as peças jornalísticas que dissessem respeito à discriminação étnica e sexual, segundo determinados critérios. Assim, a informação considerada relevante em cada peça (destinada a preencher os vários “campos” da base de dados<sup>3</sup>) foi a seguinte: meio de comunicação de que provém (nome do jornal ou canal televisivo); data; local em que o acontecimento relatado pela peça teve lugar; nome da peça; autor; espaço ocupado (nos jornais, em páginas; na televisão, em segundos); proeminência (se foi notícia de “abertura” ou não); números das páginas que ocupa (para a imprensa escrita); qual o tipo de discriminação a que se refere (sexual, étnica ou ambos); tipo de peça (notícia ou comentário); argumento principal do texto<sup>4</sup>; palavras-chave; comentários<sup>5</sup>.

<sup>3</sup> Nesta primeira fase de constituição do Observatório, a base de dados foi concebida e desenhada pela equipa actualmente coordenadora do projecto, a Itália.

<sup>4</sup> Este campo pretende remeter para os assuntos dominantes na notícia. Dele fazem parte 8 grandes grupos de assuntos: A) Informação geral e estatística; B) Trabalho, emprego, profissão; C) Itens socio-culturais; D) Seminários, debates culturais, conferências, estudos; E) Serviços públicos (instituições relacionadas com a discriminação étnica ou sexual e respectiva actividade); G) Debates políticos, iniciativas, *sit-ins*, manifestações, protestos, etc.; H) Actos judiciais e policiais; J) Outros assuntos.

<sup>5</sup> Este campo pretende abrir espaço para incluir toda a informação que possa clarificar a natureza da notícia e/ou o motivo pelo qual ela foi considerada relevante.

Outros critérios presidiram, ainda, à selecção das peças monitoradas que vieram a integrar a base de dados. Por um lado, um critério que se prende com a delimitação geográfica e espacial do acto discriminatório a registar. Segundo este critério, foram seleccionadas todas as notícias referentes a actos discriminatórios que tiveram lugar dentro do espaço da União Europeia ou, se fora dele, em que estivessem envolvidos países e/ou cidadãos da União Europeia<sup>6</sup>.

Por outro lado, e quiçá o mais importante, um critério que se relaciona com a definição do próprio acto discriminatório, com o que se entende por "discriminação". Ao longo do processo de monitorização e de contacto com o material empírico foi-se tornando visível a dificuldade em definir a temática da "discriminação", por oposição a outras temáticas como "racismo" e "direitos humanos". Para efeitos do presente trabalho, considerou-se não ser tão importante distinguir estas temáticas entre si, como *identificá-las*.

Deste modo, e tendo em consideração como se definiu, anteriormente, "discriminação", foram consideradas relevantes todas as peças jornalísticas que fizessem referência a actos discriminatórios com base na etnia e no género (vg. actos de violência racista contra os negros, na Alemanha); mas também todas as peças que fizessem referência (directa ou indirecta) às minorias étnicas e às mulheres (logo, em que a condição étnica e/ou sexual tenha constituído critério de noticiabilidade) (HALL *et al.*:1973). Em resumo, em relação a cada peça foram formuladas as perguntas: "De que é que esta peça fala?", "Por que razão está esta peça aqui?" e "Em que contexto social, político e mediático surge?".

Relativamente à discriminação sexual, cumpre ainda dizer que o presente estudo não visa as minorias sexuais em geral (excluindo-se, assim, as notícias sobre os movimentos homossexuais, vg.). Antes, o seu objectivo é captar as notícias publicadas sobre a Mulher, entendida como minoria, não no sentido numérico (que de facto não é), mas político (enquanto grupo com direitos, ainda que formalmente instituídos, efectivamente diminuídos na sociedade portuguesa, em relação à maioria masculina dominante - "maioria" precisamente porque detém o poder de se continuar a afirmar como dominante).

## 5. ALGUNS RESULTADOS PRELIMINARES

### 5.1. Etnicidade vs. Género: os media portugueses dão maior visibilidade à discriminação étnica do que à discriminação das mulheres.

De uma primeira análise dos dados recolhidos até ao momento, e no que respeita à imprensa, verifica-se que os jornais de referência publicaram maior número de peças sobre estas temáticas do que a dita imprensa popular, destacando-se entre os diários, em relação aos dois tipos de discriminação, o jornal *Público* (ver Quadro II). Relativamente aos *outputs* dos dois semanários monitorizados, a publicação do *Expresso* sobre este assunto foi significativa, se comparada com a do seu homólogo *O Independente*.

QUADRO II: NÚMERO DE PEÇAS JORNALÍSTICAS, SEGUNDO O TIPO DE DISCRIMINAÇÃO E O MEIO DE COMUNICAÇÃO (DESDE 25 DE JANEIRO)

	Imprensa							Televisão <sup>7</sup>			
	DN	PUB	24H	CAP	IND	EXP	Total	SIC	RTP1	TV2	Total
Género	42	74	38	33	12	12	211	25	26	7	58
Etnicidade	389	452	350	192	31	123	1537	230	230	113	573
Gén. e Etnicid.	10	15	9	8	1	4	47	18	24	9	51
Total	441	541	397	233	44	139	1795	273	280	129	682

Quanto aos canais de televisão, a SIC e o *Canal 1* da RTP, acompanharam-se de muito perto na cobertura que fizeram da temática da discriminação, com um ligeiro destaque do segundo, conseguido graças às notícias que

<sup>6</sup> Por exemplo, actos de violência racista nos EUA, ou de violência étnica em África, não foram seleccionados, enquanto que o conflito étnico no Kosovo foi considerado relevante, por nele estarem implicadas forças militares europeias (KFOR).

<sup>7</sup> Respectivamente: Jornal da Noite (SIC) e Telejornal (RTP1), ambos emitidos às 20h; e TV2Jornal (TV2), emitido às 22h.

focam, conjuntamente, os dois tipos de discriminação (ver Quadro II). No que respeita o canal 2 da RTP e o *TV2 Jornal*, apesar das peças sobre este tema serem em menor número, têm na generalidade uma maior duração, o que aponta para um maior aprofundamento temático com a participação de comentadores e especialistas convidados.

Tomando como factores de interpretação destes resultados o contexto anteriormente explicitado de forte concorrência entre *media*, a natureza dos meios, dos públicos e das notícias poderemos avançar as seguintes explicações: a maior atenção atribuída a estas temáticas pelo jornal *Público* e pelo semanário *Expresso* enquadrar-se-ia na orientação editorial de referência e na definição do seu público-alvo, essencialmente urbano e classes médias; a explicação para a relevância atribuída a estas temáticas pelos canais generalistas de televisão estaria no factor concorrencial e na própria natureza da matéria-prima - dadas as suas características de aparente ruptura do consenso e da coesão social - de que são feitas estas peças.

No entanto, o principal elemento de contraste no Quadro II é a diferença abissal entre o número de peças publicadas sobre a discriminação étnica (1537 registos na imprensa escrita e 573 na televisão, o que perfaz um total de 2110 registos) e sobre a discriminação com base no Género (211 registos na imprensa escrita e 58 na televisão, o que perfaz um total de apenas 269 registos). Esta diferença demonstra a maior visibilidade atribuída, pelos meios de comunicação estudados, às questões envolvendo as minorias étnicas, em detrimento das questões referentes à discriminação das mulheres.

Em nosso entender, os elementos a que um e outro destes temas aparecem associados podem constituir uma pista de explicação desta diferença, na medida em que contribuem para atribuir a cada uma das temáticas em causa características que as tornam mais ou menos noticiáveis. Noticiabilidade (TUCHMAN:1978) é, na verdade, um critério jornalístico que atribui a um facto/acometimento um valor, tornando-o potencialmente uma notícia.

Neste sentido, devemos interrogar-nos sobre qual é o valor-notícia atribuído aos factos/acometimentos que versam as temáticas da discriminação e, por conseguinte, quais os critérios e em que contextos se tornam noticiáveis. Em síntese e noutras palavras: *a que propósito os media falam da discriminação étnica e de género?*

### 5.2. Minorias étnicas: crime e castigo. Discriminação das mulheres: problema socio cultural

QUADRO III: NÚMERO DE PEÇAS JORNALÍSTICAS, SEGUNDO O ARGUMENTO DA NOTÍCIA E O TIPO DE DISCRIMINAÇÃO

Argumento da Notícia <sup>8</sup>	Género	Etnicidade	Gén. e Etnic.	Total <sup>9</sup>
Informação geral e estatística	86	402	26	514
Trabalho, emprego, profissão	73	253	29	355
Ítems socio culturais	74	294	37	405
Seminários, debates, estudos	18	44	10	72
Serviços públicos	35	58	8	101
Debates políticos, iniciativas, <i>sit-ins</i> , manifestações, protestos	57	474	34	565
Actos judiciais e policiais	30	651	25	706

Como se pode ver pelo Quadro III, as minorias étnicas aparecem mais frequentemente associadas a elementos considerados como tendo «*impacto sobre a nação e sobre a vida nacional*» visto gerarem temáticas que irrompem por fronteiras de «*uma concepção específica da sociedade como consenso*» (HALL et ali:1973) pondo em causa a «estabilidade» ou futura evolução «*de uma determinada situação*» (WOLF:1992:181): "Informação geral e estatística", 402 registos; "Debates políticos, iniciativas, *sit-ins*, manifestações, protestos", 474 registos. Por outro lado, a tematização, tal como a definiu Luhmann (LUHMANN:1995), tende a surgir associada às crises ou sintomas de crises, assim como às dores ou sucedâneos da dor na civilização ("Actos judiciais e policiais", 651 registos) (SAPERAS:1992:96).

<sup>8</sup> Cf. Nota 4.

<sup>9</sup> Este total não pode corresponder ao número total de peças da base de dados, uma vez que cada notícia pode estar classificada simultaneamente segundo vários destes "Argumentos".

Em nossa opinião, o número significativo de peças jornalísticas dedicadas às minorias étnicas e à discriminação deve ainda ser explicitado em função do efeito do *agenda setting*. Estão neste caso as inter-relações que se estabelecem entre a agenda pública, a agenda política e a agenda mediática, quer com base na agenda pública - por exemplo, a propósito dos assaltos praticados por jovens na área metropolitana de Lisboa nos meses de Julho e Agosto - partindo dos sentimentos de «*crise de insegurança, pânico generalizado ou ameaça externa*», quer com base na agenda política - dando visibilidade às medidas anunciadas pelos políticos e às críticas dos partidos de oposição num contexto de definição da Nova Legislação sobre a permanência de estrangeiros em território nacional.

Por outro lado, e em função do factor concorrencial, os *media* - e sobretudo os canais de televisão - tendem a explorar estas agendas no sentido de captar «*fácilmente*» audiências emocionais (HALL et ali:1973), gerando movimentos de opinião pública que tendem, por sua vez, a despoletar novos fluxos e refluxos das três agendas nomeadas.

No que diz respeito à discriminação com base no género, a visibilidade dos actos discriminatórios em relação às mulheres aparece geralmente na sequência de um efeito de agenda política e/ou pública: celebrações, dias comemorativos (Dia Internacional da Mulher), iniciativas políticas (inauguração de uma Casa Abrigo para mulheres vítimas de violência, vg.) ou de outras organizações sociais (Conferência da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima de Violência Familiar, vg.)<sup>10</sup>. Como se pode ver pelo Quadro III, o elemento de conflito é relegado para segundo plano (apenas 30 registos como "Actos judiciais e policiais"), destacando-se a "Informação Geral e Estatística" (86 registos), os "itens sócio-culturais" (74 registos) e o "Trabalho, emprego, profissão" (73 registos). A discriminação das mulheres aparece assim, nos media analisados, e ao contrário da discriminação étnica, como um problema de foro sócio-cultural.

### 5.3. Minorias Étnicas, violência e crime: punir ou compreender?

Sendo as minorias étnicas a temática numericamente mais representada nos *media* estudados, quais são, no entanto, as minorias mais referidas? E de que modo? Que assuntos lhes aparecem associados?

Centrando-nos exclusivamente na discriminação étnica, verificamos que o assunto que lhe aparece associado com mais frequência é a "violência" (665 registos), seguido de "crime" (347 registos), "racismo" (307 registos), "imigração" (256 registos) e "imigração clandestina" (252 registos). À parte dos assuntos referidos, e como já foi mencionado, destaca-se o caso do político austríaco Jörg Haider (196 registos), a que apareceram associados os temas de "extrema direita" (129 registos) e de xenofobia (158 registos).

Por outro lado, verificamos que, entre as minorias étnicas, as mais referidas são as africanas (num total de 402 registos, dos quais 258 não fazem referência específica à origem nacional; 100 registos sobre angolanos; 36 registos sobre cabo-verdeanos; 4 registos sobre moçambicanos; e 4 registos sobre guineenses). A segunda etnia mais mencionada é a etnia cigana (182 registos).

No que respeita às minorias africanas, estas aparecem maioritariamente associadas à violência e ao crime, mas também ao racismo. Estes dados vêm confirmar resultados de estudos qualitativos já realizados sobre a forma como as minorias étnicas (designadamente africanas) aparecem referidas na imprensa portuguesa (FERIN CUNHA:1995). Por outro lado, os africanos surgem relacionados com assuntos relativos à imigração e às políticas de imigração do país, estando principalmente associados à imigração clandestina. Em contrapartida, a alusão à (suposta) integração na sociedade de acolhimento é um assunto negligenciado, assim como a educação, a saúde, os problemas de habitação ou as condições sociais objectivas em que vivem (veja-se o número de registos existentes).

Do mesmo modo, a etnia cigana aparece igualmente associada à violência, ao crime, ao racismo e à xenofobia<sup>11</sup>. Da mesma forma as relações desta etnia com temas como as condições sociais de vida, a educação ou a saúde não encontram expressão significativa nos registos (Ver Quadro IV).

<sup>10</sup> Note-se, contudo, que apesar de só existirem 30 notícias registadas como "Actos judiciais e policiais", a violência familiar aparece, muitas vezes, registada como "Debates Políticos e Iniciativas" (como no exemplo referido).

<sup>11</sup> A associação da etnia cigana à droga e ao seu tráfico encontra apenas 12 registos.



QUADRO IV: PALAVRAS-CHAVE MAIS FREQUENTEMENTE ASSOCIADAS ÀS MINORIAS ÉTNICAS

Palavras-Chave	Africanos	Ciganos
Violência	129	66
Crime	89	52
Droga	7	12
Racismo	47	31
Xenofobia	16	15
Imigração	36	-
Clandestinos	45	-
Políticas de Imigração	7	-
Integração	9	1
Educação	13	4
Saúde	7	-
Habituação	3	3
Condições Sociais	9	2

Do que ficou dito, parece ser possível concluir em função da primeira hipótese inicialmente apresentada, a de que os *media*, mais do que reforçar tendências latentes na sociedade, contribuem para a construção social da discriminação étnica, através das saliências temáticas atribuídas às minorias no contexto da violência e do crime. Ao mesmo tempo que dão visibilidade a estas temáticas, os *media* tendem a apagar os contextos sociais e políticos desses fenómenos, fazendo da exploração das diversas formas de violência (física e simbólica) as imagens síntese de um grupo em situação de "ilegitimidade" social.

Por outro lado e em função da segunda hipótese, de natureza mais qualitativa - que visa avaliar, não apenas a «quantidade de atenção prestada» pelos *media* a determinadas temáticas, mas também «o conteúdo e o significado daquilo a que as pessoas se expõem» (WOLF:1992:126) - parece-nos possível concluir que as imagens estereotipadas e as formas de jornalismo intimista tenderiam a acentuar, entre as audiências, as dificuldades inerentes ao discernimento entre conhecimentos factuais e conhecimentos estruturais, influenciando a percepção do porquê (porque é violento e criminoso) de quem a sociedade, e cada um dos seus cidadãos, discrimina (o diferente, o africano, o cigano, o Outro).

## 6. CONCLUSÕES

Não sendo este trabalho um estudo sobre as formas de recepção dos *media* - isto é como os públicos percebem as mensagens, sejam elas escritas ou visuais - e os seus efeitos cognitivos - a curto, médio e longo prazo - torna-se necessário sublinhar, contudo, que eles existem e fazem-se sentir em cada indivíduo e na sociedade de forma acumulativa e em função da informação anterior (WOLTON:1999).

Por outro lado, sabendo que no mundo veloz da comunicação e da informação os dados se transformam diariamente e, por conseguinte, as interpretações possíveis sobre esses fenómenos seguem o mesmo processo célere de mudança, convém em jeito de conclusão fazer algumas observações.

A primeira observação diz respeito à natureza dos *media* analisados, imprensa e televisão, que tendo uma lógica comum ao sistema, funcionam, dada a sua natureza distinta, com lógicas autónomas próprias. Assim, em momentos de grande tematização referentes às diversas minorias étnicas e à mulher, a imprensa, sobretudo a de referência, nomeadamente os jornais *Público* e *Diário de Notícias* e o semanário *Expresso*, tendem a um aprofundamento das temáticas através de reportagens, artigos de opinião, comentários e entrevistas. Em circunstâncias idênticas, os canais de televisão de maior audiência tendem a trabalhar estas temáticas expondo mais os factos que as suas causas e consequências, independentemente de por vezes apresentarem especialistas e comentaristas (o que acontece com mais frequência no canal 2 da RTP). Convém, ainda, referir que as características próprias à imprensa e à televisão tendem a aproximar-se através do recurso à fotografia e à linguagem imagética (caso dos jornais e semanários) e às imagens síntese (estereótipos sociais e individuais, caso da televisão).

Uma segunda observação prende-se com a ideia de *media espelho da realidade*. Na verdade, confrontando estudos sobre a situação da mulher na sociedade portuguesa (FERREIRA:1999) e sobre as atitudes dos portugueses perante as minorias étnicas (FERREIRA:1998) apercebemo-nos que os *media* parecem estar longe tanto das realidades vividas como das atitudes partilhadas por grande parte da sociedade. Enquanto na imprensa e nos

canais de televisão as situações de discriminação da mulher -os chamados «*paradoxos da situação das mulheres em Portugal*» - são esquecidas ou então, exibidas, no sentido da discriminação positiva - valorizando «*o pequeno grupo de mulheres que têm protagonizado as mudanças*», o chamado «*grupo de mulheres alibi*» - os grupos étnicos tendem a tornar-se visíveis por recurso à discriminação negativa, expondo preferencialmente atitudes do tipo «*os ciganos só causam problemas*» «*os negros só originam conflitos*», atitudes que contradizem estudos já realizados.

A terceira e última conclusão aponta para a necessidade de aprofundar o tratamento destas temáticas e as suas implicações sociais. Num primeiro momento, através de estudos de caso na imprensa e na televisão separadamente, e depois em conjunto, tentando apreender o contexto global dos *media*; num segundo momento, fazendo o cruzamento destes resultados com a percepção que deles têm as audiências em geral e as minorias discriminadas em particular.

#### BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, João Ferreira, COSTA, António Firmino e MACHADO, Fernando Luís (1994) «Recomposição socioprofissional e novos protagonismos» in REIS, António (Coord.) (1994) Portugal, 20 anos de Democracia, Lisboa: Círculo de Leitores, pp. 307-330.
- BAGANHA, Maria Ioannis e GÓIS, Pedro (1999) «Migrações Internacionais de e para Portugal: o que sabemos e para onde vamos?» in Revista Crítica de Ciências Sociais, nº 52/53, Novembro de 1998/Fevereiro de 1999.
- CARNEIRO, Roberto (1999) «Choque de culturas ou hibridação cultural? In Actas do 2º Encontro APEDI, Educação Intercultural e Cidadania, Lisboa, 22-23 de Abril
- CONDE, Idalina (1998) «Contextos, Culturas, Identidades» in: VIEGAS, J.M., COSTA, A. F (Coord.), Portugal, que Modernidade?, Oeiras: Celta, pp.79-118.
- DEARING, J. W. e ROGERS, E. M.(1996) Agenda-Setting, London: Sage, Communication Concepts, 6.
- FERIN CUNHA, Isabel (1995), «A construção da opinião: identidade, racismo e luso-tropicalismo», Os africanos na imprensa portuguesa: 1993-1995, Amadora, Instituto Português da Juventude e Câmara Municipal da Amadora.
- FERIN CUNHA, Isabel (2000), «As lógicas da comunicação social: identidade e identidades em Portugal», Educação e Comunicação, São Paulo, USP, nº 20 (no prelo).
- FERNANDES, António Teixeira (1995), «Etnicização e racização no processo de exclusão social», Sociologia, Revista da Faculdade do Porto, 1ª série, vol. V, pp. 7-67.
- FERREIRA, Vitor Sérgio (1998), «Atitudes perante as minorias étnicas» in PAIS, José Machado (Coord.) (1998) Gerações e valores na sociedade portuguesa contemporânea, Lisboa: ICS, pp. 204-209.
- FERREIRA, Virgínia (1999) «Os paradoxos da situação das mulheres em Portugal» in Revista Crítica de Ciências Sociais, nº 52/53, Nov. de 1998 - Fev. de 1999, pp. 199-227.
- HALL, Stuart, CHRITCHER, Chas, JEFFERSON, Tony, CLARKE, John e ROBERTS, Brian (1973) «A produção social das notícias: o mugging nos media» in Traquina, Nelson (Org.) (1994) Jornalismo: Questões, Teorias e "Estórias", Lisboa: Vega, pp. 224-248.
- LUHMANN, Niklas (1995) Poder, Barcelona: Anthropos.
- MACHADO, Fernando Luís (1991) Etnicidade em Portugal - aproximação ao caso guineense. Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica, Lisboa, ISCTE, policopiado.
- MACHADO, Fernando Luís (1994) «Luso-africanos em Portugal: nas margens da etnicidade» in Sociologia, Problemas e Práticas, nº16, pp. 111-134.
- MACHADO, Fernando Luís e COSTA, António Firmino (1998) «Processos de uma modernidade inacabada. Mudanças estruturais e mobilidade social» in VIEGAS, J.M.L. e COSTA, A.F. (Coord.) (1998) Portugal, que Modernidade?, Oeiras: Celta, pp. 17-44.
- MCCOMBS, M. e SHOW, D. (1972) « The Agenda-Setting Function of Mass Media», Public Opinion Quartley, vol.36, pp.176-187.
- MARQUES, M. Margarida, RALHA, Tiago, OLIVEIRA, Catarina e JUSTINO, David (1999) «Between the "Lusophone community " and european integration where do immigrants fit in?» SociNova, Working Papers, 10.
- MEDIA 2000: anuário de meios portugueses (2000) Lisboa: Jornal Briefing.
- MESQUITA, Mário e REBELO, José (1994) O 25 de Abril nos Media internacionais, Porto: Afrontamento.
- RIVERS, William L. e SCHRAMM, Wilbur (1969) Responsabilidade na Comunicação de massa, Rio de Janeiro: Record.
- SAINT-MAURICE, Ana de (1997) Identidades Reconstruídas, cabo-verdeanos em Portugal. Oeiras: Celta Editora.
- SAPERAS, Enric (1993) Os efeitos cognitivos da comunicação de massas, Porto: Ed. ASA.
- 23.TUCHMAN, Guy (1978) Making News: A Study in the Construction of Reality, Nova York: Free Press.
- VALA, Jorge, BRITO, Rodrigo e LOPES, Diniz (1999) Expressões dos racismos em Portugal, Lisboa: ICS.
- WOLF, Mauro (1992) Teorias da Comunicação, Lisboa: Presença.
- WOLTON, Dominique (1999) Pensar a Comunicação, Lisboa: Difel.